



BOLETIM

DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA NA MARÉ

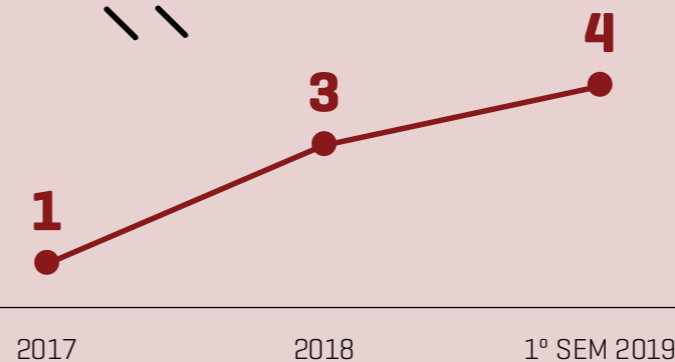
O Boletim **Direito à Segurança Pública na Maré** é um produto do projeto **De Olho na Maré**, idealizado e conduzido pelo **Eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça da Redes da Maré**. O projeto De Olho na Maré desenvolve uma metodologia de monitoramento do impacto da violência armada nas 16 favelas da Maré que objetiva sistematizar dados quantitativos e qualitativos sobre a política de segurança pública no território. Esta edição especial fez-se necessária diante do grave cenário em que vive a Maré, onde as dinâmicas de violência do primeiro semestre de 2019 superam os indicadores de todo o ano de 2018.

EDIÇÃO ESPECIAL

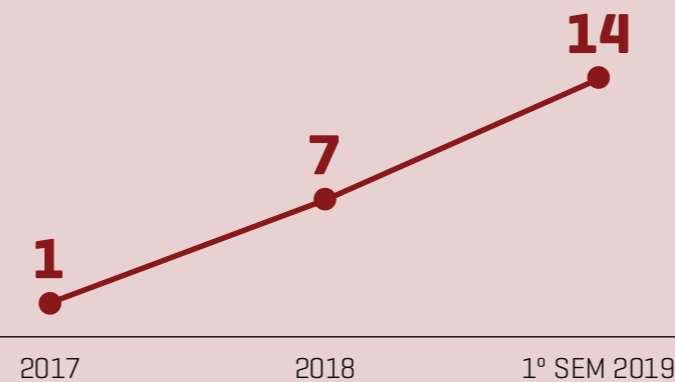
DADOS SOBRE AS DINÂMICAS DE VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO NO PRIMEIRO SEMESTRE 2019



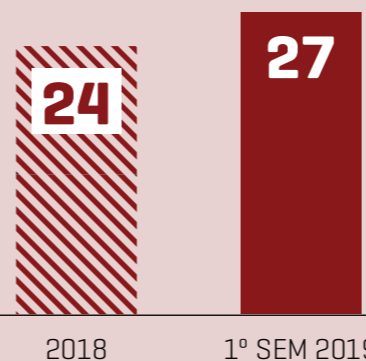
O 1º SEMESTRE DE 2019 TEVE MAIS OPERAÇÕES COM HELICÓPTERO COMO PLATAFORMA DE TIRO QUE NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS



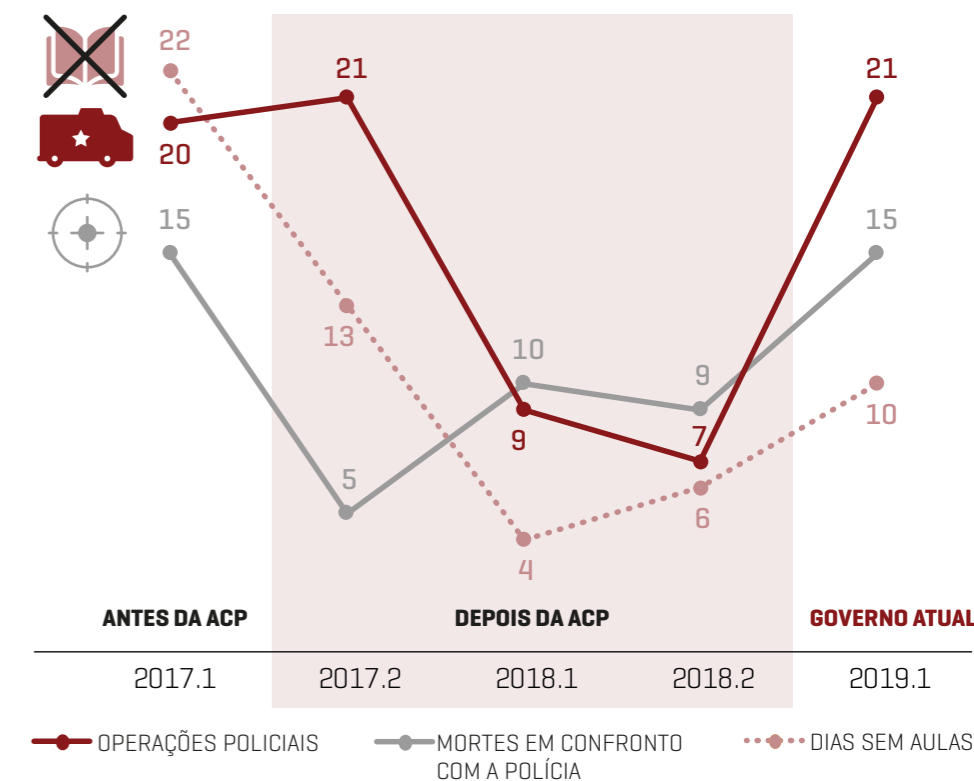
DAS 15 MORTES EM DIAS DE OPERAÇÕES POLICIAIS EM 2019, **14 ACONTECERAM EM OPERAÇÕES COM USO DE HELICÓPTERO**



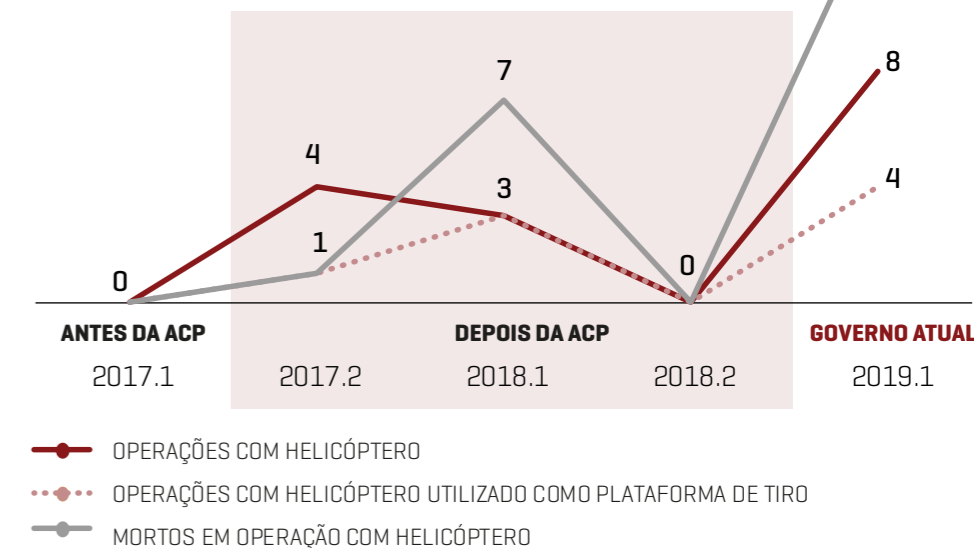
O NÚMERO DE MORTES REGISTRADAS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019 **SUPERA EM MAIS DE 10% O TOTAL DE MORTES DE TODO O ANO DE 2018**



OPERAÇÕES POLICIAIS, MORTES EM CONFRONTO COM A POLÍCIA E DIAS SEM AULA



OPERAÇÕES COM HELICÓPTERO, OPERAÇÕES COM HELICÓPTERO UTILIZADO COMO PLATAFORMA DE TIRO E MORTES





A edição especial do Boletim *Direito à Segurança Pública na Maré* fez-se necessária diante do **grave cenário em que vive a Maré**, onde as dinâmicas de violência do primeiro semestre de 2019 **superam os indicadores** de todo o ano de 2018”

Se no ano de 2017, o De olho na Maré contabilizou 41 operações policiais cujas consequências foram 20 mortes; em 2018, o número de operações policiais foi reduzido a 16, menos da metade do ano anterior. Com isso, foi possível identificar uma pequena redução no número de mortes em dias de operações policiais — 19 naquele ano. No entanto, no primeiro semestre de 2019, chegou-se ao número alarmante de 21 operações policiais, resultando em 15 mortes.

É possível observar que apenas nos primeiros seis meses de 2019, as unidades escolares e de saúde tiveram que suspender suas atividades por 10 dias devido aos confrontos armados na região, o equivalente a todo ano de 2018. Esse é um prejuízo que afeta o desenvolvimento psíquico, físico, social e econômico de uma parcela significativa da cidade, sobretudo as crianças e adolescentes da Maré. **Cabe ressaltar que a Maré é o 9º bairro mais populoso da cidade e abriga 147 mil cidadãos.**

Outro aspecto preocupante é o uso do helicóptero, conhecido pelos moradores como “caveirão voador”, em operações policiais: em 8 das 21 operações policiais, no primeiro semestre de 2019, ele foi utilizado.

As operações policiais, juntas, concentraram 15 mortes, sendo que 14 delas ocorreram em operações policiais que fizeram uso de helicóptero. Embora não haja registro de que os tiros que mataram essas pessoas tenham partido do helicóptero, dados coletados pela equipe da Redes da Maré apontam que o helicóptero blindado vem sendo utilizado como uma estratégia de ação militar, e que isso tem contribuído para o aumento da violência letal durante as operações policiais.

A equipe da Redes da Maré têm recebido diversas denúncias, **nas quais é possível associar os resultados ao uso coordenado de helicóptero e carros blindados da polícia**. A estratégia tem sido a de produzir um cerco aos integrantes dos grupos armados para que não tenham chances de fugir. A consequência é que, em muitos

casos, integrantes dos grupos armados são “encurralados” dentro das casas de moradores da Maré. Isso tem produzido uma série de arbitrariedades por parte dos agentes da polícia — que vão da tortura psicológica e física a execuções sumárias. O caso mais emblemático de uma ação desse tipo ocorreu no dia 6 de maio deste ano, quando oito jovens foram mortos, com indícios de execução sumária, em duas casas no Conjunto Esperança.

Esse quadro tem-se revelado como um grande retrocesso. Isso porque a conquista de uma Ação Civil Pública (ACP) para o conjunto de favelas da Maré — que teve como finalidade diminuir os danos e as violências causados durante as operações policiais ou, ainda, com o objetivo garantir o respeito à legalidade dessas ações — foi fundamental para reduzir os indicadores de violência do ano de 2017 para 2018.

Porém, como visto acima, o ano de 2019 tem tido uma acentuada escalada de violência. Isso pode ser explicado, entre outras coisas, por duas razões básicas: a primeira é que representantes dos governos federal e estadual adotaram em seus discursos e práticas a defesa do uso da violência letal como principal estratégia de resolução dos problemas da segurança pública no Rio de Janeiro.

A segunda razão para o agravamento do quadro da segurança pública na Maré tem relação com o arquivamento na justiça da Ação Civil Pública (ACP). A justificativa apresentada foi a de que os governantes eleitos democraticamente tem o direito de implementar suas políticas de segurança sem que o judiciário intervenha.

Essa decisão, na prática, referenda a política de segurança dos atuais representantes do poder executivo estadual e federal, baseada na “lógica da guerra” e do enfrentamento bélico às redes criminosas nos territórios populares. As consequências disso se fazem sentir no cotidiano das favelas, como é o caso da Maré. Conforme apontado pelos dados apresentados, há um claro aumento da violência letal e o desrespeito aos direitos básicos dos moradores.

PRIMEIRO SEMESTRE | 2019

21



OPERAÇÕES POLICIAIS

10 foram na favela Marcílio Dias, caracterizando-se pela **inconsistência das motivações** apresentadas pelas assessorias dos órgãos responsáveis.

| TIPO DE OPERAÇÃO | Nº DE OPERAÇÕES | Nº DE MORTOS |
|------------------------------------|-----------------|--------------|
| POLÍCIA CIVIL | 5 | 10 |
| POLÍCIAMILITAR | 14 | 5 |
| CONJUNTA (POLÍCIA MILITAR E CIVIL) | 2 | 0 |

Embora tenha atuado menos na Maré, **as operações da Polícia Civil têm se mostrado mais letais.**

10



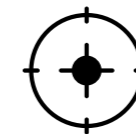
CONFRONTOS ENTRE GRUPOS ARMADOS

10



DIAS COM ATIVIDADES SUSPENSAS NAS ESCOLAS E NOS POSTOS DE SAÚDE

27



MORTES

15 em operações policiais e 12 em confrontos armados. Percebe-se que o **aumento das operações policiais**, impacta diretamente no **aumento da violência** entre os grupos armados.

A Ação Civil Pública da Maré

No ano de 2018, enquanto os dados de todo o estado do Rio de Janeiro aumentavam, os da Maré diminuam. A possível causa para diminuição desses números é a mobilização permanente da população da Maré pelo direito à Segurança Pública e o reconhecimento da Ação Civil Pública como um instrumento de controle social sobre a política de segurança pública na região.

Acreditamos na importância de construir mecanismos de garantia de direitos coletivos e individuais dos moradores da Maré — mecanismos que ampliem espaços democráticos e de participação social e colaborem para a redução da violência policial em territórios de favelas e periferias. Vivemos em uma sociedade democrática, na qual o Estado deve garantir o bem maior que é a vida. Para tal, mostra-se necessário uma política de segurança que atue com planejamento, inteligência, transparência nas ações e em constante diálogo com a sociedade civil, com o objetivo de garantir direitos e preservar a vida de todas as cidadãs e todos os cidadãos na cidade, independente de onde residam.

Telefones: (21) 3105-5531
(21) 3104-3276
comunicacao@redesdamare.org.br
www.redesdamare.org.br
@redesdamare

R. Sargento Silva Nunes, 1012
Nova Holanda - Maré
Rio de Janeiro - RJ
CEP: 21044-242

REALIZAÇÃO: **redesdamare**

APÓC: **actionaid** FORD FOUNDATION
16 ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DA MARÉ